

31

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 30 / 09 / 1999
C	<i>ST</i>
Rubrica	



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10805.003569/93-98  
Acórdão : 203-05.607

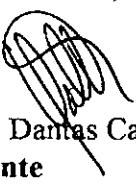
Sessão : 08 de junho de 1999  
Recurso : 104.373  
Recorrente : AUTOLATINA BRASIL S.A. (SUCESSORA DE VOLKSWAGEN DO BRASIL S/A)  
Recorrida : DRJ em Campinas - SP

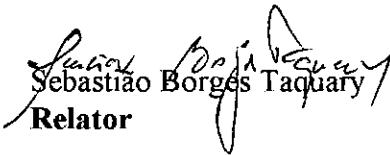
**FINSOCIAL – CONSÓRCIO – ADIANTAMENTOS PECUNIÁRIOS PARA MANUTENÇÃO DO PREÇO** - Não existindo prova de venda à ordem para entrega futura, com cobrança antecipada de imposto, inexiste fato gerador (art. 236, VII, c/c o art. 239, do RIPI/82). **Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: AUTOLATINA BRASIL S.A. (SUCESSORA DE VOLKSWAGEN DO BRASIL S/A).

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.** Esteve presente ao julgamento o Advogado da recorrente Oscar Sant'Anna de Freitas e Castro. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Renato Scalco Isquierdo.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1999

  
Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

  
Sebastião Borges Taquary  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Francisco Sérgio Nalini, Francisco Mauricio R. de Albuquerque Silva, Valmar Fonseca de Menezes (Suplente), Mauro Wasilewski, Daniel Corrêa Homem de Carvalho e Lina Maria Vieira.

Eaal/cf



32

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10805.003569/93-98  
Acórdão : 203-05.607

Recurso : 104.373  
Recorrente : AUTOLATINA BRASIL S.A. (SUCESSORA DE VOLKSWAGEN DO BRASIL S/A)

### RELATÓRIO

No dia 30.09.93, foi lavrado o Auto de Infração de fls. 92, contra a empresa **AUTOLATINA BRASIL S/A**, ora recorrente, dela exigindo a Contribuição para o FINSOCIAL, com os acréscimos legais, com enquadramento legal no art. 86, § 1º, da Lei nº 7.450/85, c/c o art. 2º da Lei nº 7.683/88, esclarecendo-se, na autuação, que a presente exigência decorre de fiscalização realizada na mesma contribuinte, quanto ao IPI.

A autuada impugnou essa peça básica (fls. 94/98), aos argumentos de que antecipações realizadas por consórcio, para manutenção de preço dos veículos contemplados, não são faturamento e, por isso, não procede a exigência da Contribuição ao FINSOCIAL.

O Delegado de Julgamento em Campinas-SP, ao examinar essa defesa, houve por bem manter, no todo, a exigência para excluir a TRD do período de 04 de fevereiro a 29 de julho de 1991 e determinar o prosseguimento da cobrança do valor remanescente do FINSOCIAL.

O recurso voluntário veio no prazo, postulando o decreto de extinção do crédito tributário aqui em exigência, aos argumentos de que a jurisprudência do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES está pacificada no sentido de que é indevido o IPI, na hipótese em *examine*, do qual a presente exigência é reflexa.

Destaco que a recorrente juntou aos autos cópias de treze acórdãos, sendo um deles desta TERCEIRA CÂMARA, ou seja, o de nº 203-02.625, de 24.04.96, dele sendo relator o eminent Conselheiro MAURO WASILEWSKI, cuja ementa é:

“IPI – ADIANTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO À INDÚSTRIA DE VEÍCULOS – INOCORRÊNCIA DO FATO GERADOR - Os adiantamentos pecuniários para atendimento de consorciados com manutenção de preços, desde que não se configure venda à ordem para entrega futura, não enseja o recolhimento antecipado do imposto. **Recuso provido.**”

A doura Procuradoria Regional da Fazenda Nacional manifestou-se às fls. 408/411.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10805.003569/93-98  
Acórdão : 203-05.607

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY**

Realmente, a matéria está pacificada na jurisprudência do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, no sentido de que não se pode cobrar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e, no caso em exame, a Contribuição ao FINSOCIAL, como exigência reflexa.

Não há prova nos autos de ter havido venda à ordem para entrega futura com cobrança antecipada de imposto e, por consequência, não há obrigatoriedade da antecipação do recolhimento de tributo, na forma prevista no art. 236, inciso VII, c/c o art. 239, ambos do RIPI de 1982.

É o que se infere dos Acórdãos prolatados pela PRIMEIRA CÂMARA e o desta TERCEIRA CÂMARA, os quais se acham nos autos por cópias, às fls. 174/403, como os de nºs: 201-69.477, 201-69.575, 201-69.647, 201-70.174, 201-70.170, 201-70.171, 201-70.172, 201-70.173, 203-02.625, 201-70.179, 201-70.182, 201-70.185, 201-70.186, 201-69.933, 203-02.598, 201-70.153, 201-70.159, 201-70.160 e 201-70.161.

Isto posto, e por tudo mais que dos autos consta, voto no sentido de dar provimento ao recurso voluntário para julgar improcedente a exigência fiscal constante da autuação.

É como voto.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1999

  
SÉBASTIÃO/BORGES TAQUARY